

Congresso em baixa

A verdadeira dimensão da crise política, frequentemente, percebe-se com mais nitidez fora do âmbito parlamentar. Lá, é verdade, as crises surgem ou ganham consistência, mas nem sempre são avaliadas em sua real grandeza. O parlamentar, de tanto lidar com elas, acostuma-se e acaba banalizando-as e muitas vezes perdendo a perspectiva do impacto que causam na sociedade.

Pergunte-se a um parlamentar mediano o que achou dos acontecimentos que precederam a votação da revisão constitucional, e ele dirá mais ou menos: "Ora, foi um acontecimento democrático". Faça-se a mesma pergunta a um cidadão comum e a resposta, seguramente, será outra, na base do "foi uma vergonha", "deprimente" e coisas do gênero.

A verdade é que aprofunda-se o abismo entre o Congresso e a opinião pública. A tentativa de barrar a revisão ganhou apoio em entidades conceituadas, como OAB, CNBB e ABI, não pela densidade dos argumentos de ordem jurídica que a embasaram — que, de resto, não tinham densidade alguma —, mas pelo mau conceito (para dizer o mínimo) que hoje desfruta o Congresso perante a sociedade.

O pensamento dominante é mais ou menos o seguinte: a revisão será feita sob a égide de interesses eleitorais e econômicos e resultará em algo pior que a Constituição que aí está. Na tentativa de exprimir esse sentimento — e, de certa forma, faturá-lo junto à população —, lideranças militares começaram a veicular nos últimos dias recados aos parlamentares, relacionados com o processo de revisão. O ministro de Assuntos Estratégicos, almirante Mário Flores, por exemplo, teme que, frustrando-se a revisão, surjam so-

luções "não exatamente ortodoxas" para a crise.

E previu que isso possa acontecer se, num prazo de seis meses, não houver reversão das expectativas relativas à crise. Desnecessário explicar o que seriam essas "soluções não exatamente ortodoxas": um eufemismo para golpe ou qualquer intervenção no processo democrático à revelia da lei. Há dias, o ministro da Aeronáutica fez observação semelhante. E um grupo de oficiais da reserva solidarizou-se com Lula — de quem ideologicamente são antípodas — por suas declarações de que já "uns 300 picaretas na Câmara dos Deputados".

Os militares da reserva concordam com a acusação e acham inclusive os números modestos. Lula, como se sabe, será chamado pela Câmara a dar nomes aos bois. Não os dará, é certo, e sairá ainda mais popular que antes. Bater no Congresso, hoje como ontem, dá Ibope. Fernando Collor elegeu-se presidente por essa via. E Lula aprendeu a lição e a está pondo em prática.

Em favor do Congresso — especialmente da Câmara —, registre-se que, nas últimas semanas, tem havido um movimento corretivo louvável: os parlamentares que promoviam baderna na sessão que antecedeu a aprovação da revisão estão *sub judice*, assim como também o estão os que, segundo denúncia do ex-governador Alvaro Dias, do PP, teriam recebido propina para filiar-se ao PSD.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), estigmatizado por alguns setores como político fisiológico, tem-se empenhado em mostrar disposição punitiva. E é louvável que assim o faça. A continuidade do regime democrático depende da credibilidade do Congresso. E esta nunca esteve tão escassa.